

ENTRE COISAS COLECIONADAS E COLEÇÕES MUSEALIZADAS: FUNÇÕES E VALORES DA MATERIALIDADE HISTÓRICA¹

BETWEEN THINGS COLLECTED AND MUSEALIZED COLLECTIONS: FUNCTIONS AND VALUES OF HISTORICAL MATERIALITY

Rosane Patricia Fernandes²

Dione da Rocha Bandeira³

Mariluci Neis Carelli⁴

Resumo: Entre os objetos e coisas que compõem a exposição de longa duração “Coisas a Olhar” do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville SC (MASJ) estão alguns dos objetos da Coleção Etnográfica de Cerâmicas do pesquisador e colecionador Guilherme Tiburtius coletadas no planalto curitibano entre os anos de 1941 e 1942. Por meio de revisão bibliográfica e documental com utilização de fontes históricas, materiais e etnológicas, este estudo busca descrever como os objetos fazem parte da dinâmica social e de como a cultura material nos auxilia a desvelar as práticas e saberes dos povos, com ênfase nos objetos como fonte histórica e científica. A pesquisa almeja contribuir com o desenvolvimento de estudos multidisciplinares e de pesquisas científicas a partir dos acervos dos museus que compõem o patrimônio cultural brasileiro em aspectos materiais e imateriais. Diante disso, foi possível compreender que as louças de barro da coleção em questão, estão além do simples gesto de transformar a matéria em objeto, pois possuem intencionalidades. No entanto, elas enunciam relações sociais e culturais que em muitos casos não ultrapassam as vitrines museais.

Palavras-chave: Cultura Material. Objetos. Coleções. Museus.

Abstract: Among the objects and things that make up the long-term exhibition "Things to Look at" of the Archaeological Museum of Sambaqui of Joinville SC (MASJ) are some of the objects of the Ethnographic Collection of ceramics of the researcher and collector Guilherme Tiburtius collected on the plateau of Curitiba between the years 1941 and 1942. Through a bibliographic and documental review with the use of historical, material, and ethnological sources, this study seeks to describe how objects are part of social dynamics and how material culture helps us to unveil people's practices and knowledge, with emphasis on objects as a historical and scientific source. The research aims to contribute to the development of multidisciplinary studies and scientific research based on the museum collections that make up the Brazilian cultural heritage in material and immaterial aspects. Therefore, it was possible to understand that the earthenware from the collection in question is beyond the simple gesture of transforming matter into an object, because it has intentionalities. However, they enunciate social and cultural relations that in many cases do not go beyond the museum showcases.

Key-words: Material Culture. Objects. Collections. Museums.

Resumen: Entre los objetos y cosas que componen la exposición de larga duración “Coisas a Olhar” en el Museo Arqueológico de Sambaqui en Joinville SC (MASJ) se encuentran algunos de los objetos de la Colección Etnográfica de Cerámica del investigador y coleccionista Guilherme Tiburtius reunidos en el meseta de Curitiba durante los años de 1941 y 1942. A través de una revisión bibliográfica y documental utilizando fuentes históricas, materiales y etnológicas, este estudio busca describir cómo los objetos son parte de la dinámica social y cómo la cultura material nos ayuda a desvelar las prácticas y conocimientos de pueblos, con énfasis en los objetos como fuente histórica y científica. La investigación tiene como objetivo contribuir al desarrollo de estudios multidisciplinares e investigaciones científicas a partir de las colecciones de los museos que componen el

¹ Este artigo vincula-se ao projeto de pesquisa intitulado “ Louças de barro, patrimônio cultural feito mão: um estudo de cultura material e hábitos alimentares de comunidades tradicionais a partir de coleção de cerâmicas etnográficas musealizadas ”, financiado pelo CAPES, bem como se associa aos estudos empreendidos pelo grupo de pesquisa Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural (GEIPAC), participante da Linha Arqueologia e Cultura Material (ARQUEOCULT) do Laboratório de Arqueologia e Patrimônio Arqueológico/LAPARq da Univille da Universidade da Região de Joinville (Univille).

² Doutoranda em Patrimônio Cultural e Sociedade, Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade na linha de pesquisa em Patrimônio e Sustentabilidade, da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE

³ Arqueóloga e docente do Programa de Pós-graduação interdisciplinar em Patrimônio Cultural e Sociedade da UNIVILLE linha Patrimônio, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Coordenadora do Laboratório de Arqueologia e Patrimônio Arqueológico/LAPARq da Univille.

⁴ Docente do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE.

patrimônio cultural brasileiro em aspectos materiais e imateriais. Por tanto, se pudo entender que las lozas de la colección en cuestión van más allá del simple gesto de transformar material en objeto, ya que tienen intencionalidades. Sin embargo, enuncian relaciones sociales y culturales que en muchos casos no van más allá de las vitrinas de los museos.

Palabras clave: Cultura material. Objetos. Colecciones. Museos.

PENSANDO A ORGANIZAÇÃO SOCIAL A PARTIR DA MATERIALIDADE COMO FENÔMENO DE LONGA DURAÇÃO

Os objetos, no processo histórico, não são vistos apenas por sua manifestação material, são compreendidos como signos culturais, que acumulam em si diferentes fases da sua vida. Assim, o objeto vive em diferentes contextos sociais, possuindo vida polissêmica, ora no papel utilitário para o qual foi criado ora com outras apropriações. O contexto da História Nova permitiu que os objetos por meio da cultura material se tornassem fontes históricas, admitindo diferentes metodologias na avaliação de seus atributos como testemunhos históricos. A partir disto, os objetos que compõem as coleções musealizadas passam a ser compreendidos como referenciais históricos e culturais.

Dado ao exposto, este artigo tem por objetivo, por meio de revisão bibliográfica e documental, refletir sobre concepções que destacam as funções e valores agregados aos objetos na perspectiva histórica, cultural e simbólica; sobre formação de coleções, amparado pelas discussões da cultura material, bem como posicionar a figura do colecionador frente aos seus objetos, os estímulos e objetivos envolvidos no ato de colecionar. Ademais, visa fornecer novas e provocativas questões sobre como os objetos, naturais e feitos pelo homem, chegam a definir nossa relação com o mundo que nos cerca, explorando a ambiguidade das coisas, sua funcionalidade, sentidos e valores e a natureza das coisas colecionadas e sua musealização.

Para estabelecer a reflexão proposta entre objetos e pessoas foram acionados no capítulo os autores cujas perspectivas teóricas se complementam nas discussões de cultura material, materialidade e coisas, como Olsen (2003), Hodder (1987-2012), Ingold (2007, 2015), Tilley (1990-2007), Miller (2003; 2013), Woodward (2007), Latour (2009-2012). Apesar de esses autores abordarem esse tema de forma diferente, todos almejam superar as macro dicotomias contidas nos binômios, objetos-coisas, sociedade-cultura e cultura-natureza, acreditando que esses elementos dicotômicos são constitutivos entre si, sustentando a vida por meio das relações socioculturais não essencialmente humanas, atentos às ponderações das diferentes materialidades e temporalidade da cultura e agência entre humanos e não humanos. Meneses, (1983, 1984, 1998), Le Goff (1998-2005), Olsen (2003), Woodward (2007), Geertz (2008), Lima (2011), Ostrower (2012) sustentam as colocações da materialidade como cultura, documento e fonte histórica. No tocante a coleções, foram acionados Pomian (1986), Blom

(2003), Pearce (2004) Soares (2012), Oliveira (2013, 2017) entre outros autores buscando compreender por que meios coleções privadas que nascem de uma tendência pessoal, formada ao sabor dos mais diversos propósitos, acabam no acervo de museus, em uma fruição pública. Por fim, tratou-se da institucionalização de bens culturais, e os museus como agentes de preservação patrimonial, por meio das colocações de Prats (1998, 2005, 2006), Chagas (2005), Poulot (2003,2009), Debary (2010) e Padilha (2014), apresentando aspectos da coleção das louças de barro de Guilherme Tiburtius que compõe o acervo do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville- SC e o processo de atribuição de valor aos bens culturais.

2.2 MATERIALIDADE HISTÓRICA COMO CULTURA

A atuação humana sobre o ambiente e a matéria está presente na história dos povos desde o primórdio. O registo desses fatos aparece na história das sociedades humanas na forma de documentos escritos, representações gráficas e imagéticas e pela oralidade. Para Costa e Viana (2019, p. 1) “o produto da ação humana e seus fatos marcam gerações posteriores, desde tempos imemoriais até o nosso contemporâneo”. Ao longo deste curso temporal,

[...] nem sempre os suportes físicos de determinados eventos perduram, e a história se limita a traços do que foi, ou do que aconteceu [...] porém, a materialidade é um testemunho que concretiza um fato, ou seja, a parte documental de um evento do passado que pode ficar guardado em um arquivo até ser recuperado no presente (COSTA, VIANA, 2019, p. 1).

Nada mais é puramente natural ao homem e seu meio, desde que as ações humanas começaram a deixar impressões na natureza por meio do seu modo de vida e de crenças. Essas ações humanas são interpretadas como ações culturais, pois a “cultura permite ao homem não só adaptar-se ao seu meio, mas também adaptar esse meio a si próprio” (CUCHE, 1999, p. 10). Com suas necessidades e interesses de sobrevivência e de adaptação, o homem deu início à confecção de objetos com matérias-primas naturais que lhe são úteis nos fazeres cotidianos. Latour (2009) ao estudar a atuação humana na modernidade descreve essa ação como caracterizada por um conjunto de práticas que criam híbridos, misturas de natureza e cultura personificando relações entre sujeitos humanos e não humanos. E por meio do ato de transformar a natureza a seu favor, forneceu identidades e características culturais aos povos através da materialidade por eles produzida.

[...] a materialidade também se constitui por componentes físicos não necessariamente modificados por comportamentos antrópicos, mas que estão ou estiveram em interação com os grupos sociais. Se buscarmos uma correlação entre materialidade e cultura material, vemos que a primeira é mais ampla, compreendendo também o sentido dos elementos que não foram, pelo menos num primeiro momento, culturalmente determinados. A segunda é constituída por símbolos com potencial para

agenciar o modo pelo qual grupos humanos, ao longo dos tempos, organizam e evocam a própria vida social (COSTA E VIANA, 2019, p. 2).

Para Geertz (2008, p. 28), os seres humanos possuem um equipamento natural para viverem a espécie de vida que quiserem apropriando-se do meio - a cultura e “a sua cultura era tudo que ele podia reclamar, essa cultura é um ingrediente essencial e irreduzível em sua natureza, talvez mesmo o ingrediente dominante do seu fazer” representado pelo aspecto da vida social dos indivíduos. Andrade (2016), por sua vez, em síntese aos estudos de Ingold sobre o homem e o meio, aponta, no tocante à relação entre evolução histórica e noções de humanidade e animalidade, que o equipamento que a espécie humana detém em si para a adaptação ao meio não é natural da espécie, mas fruto do processo de adaptação e desenvolvimento à medida em que o homem vive sua vida em relação ao meio, como sistemas culturais que se autodefinem e se retroalimentam continuamente.

Para Ingold (2015), os seres humanos são produtos da própria vivência, estando vivos, são transformadores do mundo, atores desempenhando um papel na transformação do mundo por eles mesmos, em quatro fases de sua existência. Para o autor, a primeira fase faz referência à ‘produção’, ao agir e transformar o meio, a segunda fase é a ‘história’, o registro, a evidência do fazer, na terceira fase preocupa-se com o ‘habitar’ e a quarta e última fase vive a vida em ‘linhas’ enredadas na materialidade cultural substantiva, empírica, simbólica e material que ordenou ao seu redor. Em síntese, um universo próprio, criado num movimento de autopoiese cultural que pode ser lida e interpretada à luz da cultura material deixada ao longo da trajetória humana e social, materializada em coisas, objetos, artefatos e paisagens.

O ato de criar é uma necessidade da criatura humana e é por meio deste processo criativo que o homem se relaciona com o mundo, visto que o homem surge na história como um ser cultural. No início, ao se adaptar ao meio, criou espaços de abrigo, manufaturou artefatos de caça dentro dos seus limites técnicos e hábeis para garantir a sobrevivência, com o tempo domesticou o fogo, elaborou utensílios e confeccionou vestimentas, fatos estes que lhes garantiram vantagens sobre as demais espécies e há de se dizer que a seleção natural de certo modo favoreceu aqueles que souberam usar a cultura em seu melhor benefício, já que os animais não produzem sua existência, apenas a conservam (OSTROWER, 2012). Cada indivíduo é dotado de capacidade criadora que irá variar de acordo com suas aptidões e motivações intrínsecas ou extrínsecas e o meio cultural em que vive.

Ao ter consciência de sua existência como indivíduo, o homem logo conscientiza-se de sua existência enquanto ser social, ainda que esse processo não seja vivido de forma intelectual por ele. O homem ao longo do tempo manufaturou, a partir dos elementos naturais, tudo que precisou para realizar seus fazeres adaptando o meio à sua existência, pode-se dizer que o

homem produz o mundo e a si mesmo, guiado pelos valores sociais vigentes. “O modo de sentir e de pensar os fenômenos, o próprio modo de pensar-se e sentir-se, de vivenciar as aspirações, os possíveis êxitos e eventuais insucessos, tudo se molda segundo ideias e hábitos particulares ao contexto social em que se desenvolve o indivíduo” (OSTROWER, 2012, p. 5).

Como ser consciente de si mesmo, que se percebe e percebe o que o cerca, que se questiona e interroga, o homem é levado a interpretar todos os fenômenos naturais ou não; nessa condição de consciência do indivíduo, o âmbito cultural transpõe o natural. Assim, entende-se que a cultura é, portanto, um processo progressivo e contínuo de autolibertação do homem que o caracteriza como um ser inacabado, um ser em evolução, que ultrapassa a própria experiência (LARAIA, 1986). Neste sentido, Woodward (2007, p.15) diz que para os humanos “os objetos são culturalmente poderosos porque na prática eles conectam manipulação física e mental”.

O meio cultural também é um sistema de significados, já estabelecido pelos valores sociais cunhados pela ação humana e expressos em materialidade. “Os objetos e as coisas materiais fazem parte do tecido de nossa vida como nossos corpos são; de fato, esses dois aspectos de nossas vidas têm a característica fundamental de fisicalidade não possuída pela maioria das outras facetas de nossa existência” (PEARCE, 1994, p. 2).

A materialidade enquanto elemento de subjetividade humana que não se manifesta somente nas categorias resultantes das intervenções humanas, expressa por exemplo, naqueles objetos que estão inseridos em cadeias de gestos, compartilhando comportamentos técnicos advindos de tradições culturais [...] a materialidade também se constitui por componentes físicos não necessariamente modificados por comportamentos antrópicos, mas que estão ou estiveram em interação com os grupos (COSTA E VIANA, 2019, p. 2).

Costa e Viana (2019, p. 5) ao analisarem a correlação entre materialidade e cultura material, apontam que a “primeira é mais ampla, compreendendo também o sentido dos elementos que não foram, pelo menos num primeiro momento, culturalmente determinados”. Nesse sentido, pode-se dizer que uma paisagem ou o movimento natural de um astro é materialidade inerente à existência humana. “A segunda é constituída por símbolos com potencial para agenciar o modo pelo qual grupos humanos, ao longo dos tempos, organizam e evocam a própria vida social”. Desse modo, a cultura material se explica por si, visto que é parte ativa da vida, constituindo parte do tecido social, que em muitas situações não precisa ser interpretada, é um fato histórico de forma nua e crua, sendo elementos culturais portadores de historicidade, de simbologia e de proveito (BLOCH, 2002; HODDER, 1987).

Para Geertz (2008, p. 28) “à medida que se analisa o homem, retira-se camada após camada, sendo cada uma dessas camadas completa e irreduzível em si mesma, e revelando uma outra espécie de camada muito diferente embaixo dela”. Assim, na taxonomia sistemática social, os humanos e não humanos constroem, produzem e reproduzem, agem e interagem numa

simbiose constante balizando sua existência por meio da experiência, da materialidade, do sentido e do valor agregado às coisas, aos objetos que tornam nossa vida possível.

Ademais, Woodward (2007) conclui que as pessoas constroem um universo de significado em torno das coisas, usam esses objetos para fazer categorias culturais visíveis e estáveis e a partir disso, implantar valores discriminantes para marcar aspectos de si próprios e dos outros.

2.3 OS OBJETOS COMO FONTE DE INFORMAÇÃO CULTURAL

Os objetos como fonte histórica e cultural, como testemunhos históricos, tiveram acolhimento nos anos de 1929 em meio ao movimento dos *Annales* acompanhados pelo florescimento da história das Mentalidades, na década 1970, que mais tarde se constituiu em História Nova, em que duas ou três gerações de historiadores como Lucien Lefvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, (civilização material), Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie, Pierre Nora entre outros (história social, das Mentalidades e História Nova) que se debruçaram a procurar novas abordagens para tratar os acontecimentos sociais, em oposição ao positivismo histórico e tradicional enraizado nos homens e nos fatos (LE GOFF, 1998). Para eles, a história era proveniente de toda experiência humana e era preciso considerar o acréscimo de novas abordagens e fontes à pesquisa histórica, deixando de lado a brevidade e apoiar-se em processos de longa duração que permitissem melhor compreensão dos fatos (LE GOFF, 1998-2005). Surgia assim uma nova abordagem histórica, alavancada no diálogo entre as ciências sociais, na interdisciplinaridade, na exploração de novos temas, sujeitos e campos do conhecimento histórico (LE GOFF, 2005).

Assim, ao longo do século XX entrou em cena então a natureza e alcance da cultura material como fonte para o conhecimento histórico, pela simples durabilidade dos artefatos (MENESES, 1998). Ulpiano Bezerra de Meneses no texto *Memória e Cultura Material*, elenca elementos que podem auxiliar na busca por informações intrínsecas que estão contidas nos artefatos, especialmente aquelas de conteúdo histórico, nesse sentido ressalta que,

Naturalmente, os traços materialmente inscritos nos artefatos orientam leituras que permitem inferências diretas e imediatas sobre um sem-número de esferas de fenômenos. Assim, a matéria prima, seu processamento e técnicas de fabricação, bem como a morfologia do artefato, os sinais de uso, os indícios de diversas durações, e assim por diante, selam, no objeto, informações materialmente observáveis sobre a natureza e propriedades dos materiais, a especificidade do saber-fazer envolvido e da divisão técnica do trabalho e suas condições operacionais essenciais, os aspectos funcionais e semânticos - base empírica que justifica a inferência de dados essenciais sobre a organização econômica, social e simbólica da existência social e histórica do objeto (MENESES, 1998, p. 91).

Ao estudar a história de vida dos objetos enquanto evidências documentais, não se deve se limitar apenas ao artefato em si, é necessário cruzar as informações que são extraídas destes objetos com outras fontes, escritas ou não, quando houver (REDE, 1996). Contudo a cultura material, por si, “já permite propor a análise de fenômenos não acessíveis por fontes escritas, de outro modo, impõe reorientações e afinamentos metodológicos, não sendo possível uma simples transferência dos procedimentos heurísticos comuns na pesquisa textual” (REDE, 1996, p. 277).

“Os registros históricos, culturais ou científicos escritos, poéticos ou filosóficos, são produzidos por parcelas letradas e esclarecidas da população” (CERQUEIRA, 2005, p. 3) e o que dizer daquelas populações que não utilizavam a escrita para documentar seus feitos, seu modo de vida ou memórias? Neste aspecto, os documentos cerâmicos, as louças de barro, as pinturas rupestres, “nos obrigam a pensar que, junto à concepção literária, existem umas outras concepções” que suportam as memórias e fazeres destes grupos e que nem todas as significações culturais contidas na documentação escrita são suficientes para compreender a organização social, os saberes e as crenças de grupos do passado (CERQUEIRA, 2005, p. 7). Desta feita, é assertivo dizer que os objetos cerâmicos podem ser compreendidos como um documento, um registro cultural materializado que testemunha a história da população que a produziu, demonstrando o comportamento do homem no território e a relação com o meio que o cerca “tal como um documento histórico traz marcas de seus autores” (SANTOS E SILVA, 2017, p. 08).

A cultura material está presente em todas as classes sociais, nas mais diferentes sociedades e em toda a cronologia temporal humana, Schiffer (1999, p. 2) chama atenção para o que não pode ser negligenciado pelos cientistas sociais ao estudarem a nossa espécie, ou seja “que a vida humana consiste em incessantes e variadas relações entre as pessoas e uma miríade de tipos de coisas”, o que faz delas (as coisas) uma fonte, um registro cultural que pode ser evocado sempre que necessário. Posto isso, pergunta-se: o que faz das louças de barro registro histórico e referência cultural? Será que a interação entre aquele povo e o barro é secundária ao processo da cultura? Será que a produção e o uso dessas louças de barro, podem ser considerados, por exemplo, mais uma coisa na qual as pessoas negociam culturalmente significados instituídos? Na busca por estas respostas encontramos Hodder (1987) que diz que o significado dos objetos materiais é minimamente triplo, que artefatos possuem simultaneamente valor de uso, valor simbólico e valor histórico. No caso das louças de barro, pode-se dizer que o valor de uso é aquele que por meio do seu efeito no mundo cumpre sua função, preparar alimento, cozer, servir etc. No valor simbólico, os objetos têm elementos, que eles podem comunicar, ou seja, a técnica, o material empregado na produção da louça, as

relações sociais envolvidas nos processos e circulação das peças e todos os demais elementos que ligam a parte ao todo através dos significados, signos e metáforas daquele povo que as deu forma e sentido; isto é o seu significado simbólico. E por fim, o valor histórico que os objetos têm através das suas associações passadas, as louças de barro encerram em si os saberes e fazeres de um determinado povo materializando crenças, desejos e traços identitários. Este é o significado histórico na perspectiva de Hodder, todos os objetos estão sempre a funcionar nos três sentidos, portanto, inúmeras informações em que se desvelam processos sociais, identitários e simbólicos. Para Scheuer (1976), a descoberta do cozimento do barro para transformá-lo em cerâmica, possibilitou às populações ancestrais, não só um meio de preparar, cozer, armazenar ou servir alimentos e bebidas, mas um modo de se expressarem, exercerem papel social fundamental em suas vidas.

Os estudos advindos de remanescentes culturais cerâmicos podem trazer informações quanto ao comportamento social, à dimensão do grupo ou da comunidade que habita determinado território, a disposição, a forma e a organização interna das suas habitações. La Salvia e Brochado (1989) propõem que nas sociedades tradicionais a produção de um vasilhame de barro está na dependência de uma necessidade e que a criatividade na morfologia e no modo de decorar e preparar a pasta desses objetos diferem entre grupos culturais e que “o tamanho, a decoração e a quantidade dos vasilhames ajudam a criar hipóteses quanto à base da subsistência de seus fabricantes” sugerindo aspectos sobre sua economia e bases alimentares. (BROCHADO, 1977, p. 9).

Para Ingold (2011) e Olsen (2003), a materialidade de sociedades do passado é entendida como resultado do processo histórico e social, que pode ser expressa na forma de artefatos, objetos e coisas dotadas de literalidade e imbuídas de significados sociais e simbólicos. Essa atribuição de significado é um processo contínuo e oscilante na vida de um objeto, que se estende além do valor utilitário, eles também expressam significados, assim como revelam as relações que estabelecemos com mundo que nos cerca. Neste sentido, os estudos da cultura material como fonte histórica buscam relações ontológicas e epistemológicas para desvendar os processos culturais materiais e imateriais que organizam a vida social, usando a materialidade como suporte para pensar as pessoas, seus hábitos, comportamentos, conflitos e demais relações sociais (TILLEY, 1990; LIMA, 2011).

Miller (1994) defende que, pelo estudo da cultura material, é possível conhecer as relações sociais e ambientais humanas evidenciadas pelos objetos na construção do seu mundo material. Neste ínterim, Ingold (2015) aponta para primazia existencial, ou seja, a primazia que existe na construção da própria existência, testemunhada, pelos processos de habitar o mundo e criar um modo de vida, por meio da apropriação da ambiente e da confecção de coisas e

objetos. Aplicado esse mesmo pensamento aos feitos etnográficos, pode-se chegar a conhecer os aspectos relacionados à produção, consumo e simbolismo dos artefatos contemporâneos, que foram confeccionados no pretérito. Para o autor, “as coisas” são provas materiais das sociedades do passado no tempo presente. “Perceberemos que o conceito cultura material e sua história, constituem-se em um sistema de produção de conhecimentos sobre as coisas” (SOARES, 2020, p. 4).

Com o passar do tempo, a fotografia e outros dispositivos de registro como os métodos de gravação de imagem e voz tornaram os objetos menos importantes como fonte de informação. Baudrillard (2002) aponta que um objeto não é inerte, tão pouco incipiente, ele é um signo de que a cultura material é discursiva e pode ser interpretada, assim como um texto, é lido e decodificado na busca por informações. Para Lima (2011, p. 19),

Assim como a linguagem, a cultura material é um sistema estruturado de signos, de modo que ela pode ser considerada como um texto. Nessa analogia textual, os textos materiais devem ser lidos, sua sintaxe desvendada, estando implícito o fato de que as pessoas os leem diferentemente, de tal forma que a cultura material está aberta a múltiplas interpretações. Por meio de discursos materiais, as pessoas falam silenciosamente sobre si mesmas, sobre sua visão de mundo, sobre o que não pode ou não deve ser dito verbalmente, e aí reside a sua força.

Comunicar é um dos atributos dos objetos, Moles (1972, p. 9) ao tratar da relação objeto e comunicação, nos chama a atenção quanto à forma do objeto. “Como portador de forma é sensível aos olhos, ao tato e a abstração” e tudo isso comunica e nos remete à cultura dos objetos, não restritos a lugares de memórias e preservação como museus e bibliotecas, mas em supermercados, estações de transporte, magazines, praças, ruas, pontes, edificações. Enfim, tudo que nos cerca e seja passível de experiências, sejam elas individuais como no consumo privado de um objeto, ou coletivas como na apreciação de uma coleção em um museu, ou exposições em série num display comercial (MOLES, 1972).

Lima (2011, p. 21) reforça, ainda, que “A cultura material é produzida para desempenhar um papel ativo” em nosso meio, é usada tanto para afirmar identidades quanto para dissimulá-las, para promover mudança social, marcar diferenças sociais, reforçar a dominação e reafirmar resistências, negociar posições, demarcar fronteiras sociais e assim por diante.

As perspectivas contemporâneas nas ciências sociais atreladas à cultura material propõem-se ir além das leituras simbólicas dos objetos, abordam a ideia de que a materialidade está nas relações sociais. Nesse sentido, o campo de pesquisa e da escrita científica têm posicionado os objetos como testemunho histórico (POMIAN, 1987; MENESES 1983-1998; FUNARI, 1998; BAUDRILLARD, 2001, 2002) como lugares de memória e sentido social (CANDAU, 2010-2012; NORA, 1993; DEBARY, 2010), como patrimônio (MENESES, 1983; CHOAY, 2001; POLOUT, 2009; PRATS, 1998, 2005) e como portadores de referência cultural

(OLSEN, 2003; TILLEY, 2007; GONÇALVES, 2007; HODDER, 1987, 2004, 2012; INGOLD, 2011, 2015; LATOUR, 2009, 2012). Nesta concepção, de testemunho histórico, o objeto material deixa de ter um papel passivo de testemunho para se tornar “agente” da vida social e da memória. Esse agenciamento das coisas, torna possível interpretar o passado através dos monumentos, documentos, fotografias, edificações, móveis, vestimentas e demais objetos que fazem parte do cotidiano.

A ascensão da materialidade como testemunho histórico, pode-se dizer que tomou forma a partir da angústia epistemológica de antropólogos e historiadores que tencionaram o rompimento com os dualismos cartesianos do pensamento nos séculos XIX e XX. Esses pensadores lançaram novos nuances sobre a vida social dos objetos, consolidando-os como fontes de conhecimento científico, de modo tardio. Essa postura chega ao Brasil no final dos anos 70 e a partir de então os escritos sobre a cultura material florescem e se consolidam nos anos sucessivos nos campos de saber da história, antropologia, arqueologia e por fim na museologia brasileira. E assim, os objetos que eram testemunhos solitários, são associados a outros objetos e contextos compondo desse modo, narrativas coerentes entre o passado e o presente (MENESES 1998; BAUDRILLARD, 2002).

O mundo material, as coisas, os objetos, os artefatos, sempre estiveram presentes no cotidiano humano, assim como sempre testemunharão que a história não é contada somente por meio da fonte escrita ou oral e que os artefatos e objetos somente “ilustram o fato daquilo que o texto já estabeleceu” (MENESES, 1983, p. 105). A vida humana não seria possível se não por intermédio de todo o aparato material que nos cerca e dá suporte existencial, embora os objetos não sejam considerados ideias, ou abstrações, eles possuem a capacidade de expressá-las e refleti-las. (MENESES, 1983).

Nesta perspectiva, Hodder (1987) explica que para entender o material cultural e extrair dele informações, temos que pensar que os objetos vão além da sua forma, temos que ir além da superfície aparente e alcançar sua realidade subjacente. Isso significa que é preciso pensar em termos de relações entre as coisas, em vez de simplesmente em termos das próprias coisas. (REDE, 1996). Para tanto, Azevedo Netto e Souza, (2010, p. 36) sugerem que é necessário recorrer a,

fundamentos da História, Arqueologia, Semiótica e Ciência da Informação, a fim de que possamos entender como se constitui o documento, efetivado pelos objetos produzidos e utilizados pelo homem em suas práticas socioculturais cotidianas e como se expressa nas evidências materiais do passado. Incluímos, neste aspecto, os elementos culturais e naturais, que se tornam culturalizados.

Sendo o objeto produzido e alterado por mãos humanas, ele passa a ser uma produção social materializada, dotada de elementos e expressões que são portadoras de informações que

auxiliam na interpretação do processo evolutivo dos seres organizados socialmente e uma fonte à “reflexão e problematização dos sujeitos” (BAUDRILLARD, 2001, p. 9-10). O estudo da cultura material como algo “criado e vivido por meio dos objetos” faz com que compreendamos as “estruturas sociais e dimensões sistêmicas maiores, como desigualdade e diferença social e também ação e emoção” nas experiências humanas”, segundo Woodward (2007, p.13).

Nesta perspectiva, os objetos, também se tornam objeto de coleções, foi o que ocorreu com as louças feitas em barro, reunidas por Guilherme Tiburtius na década de 1940 cessou sua função de uso, para então tornam-se objetos de memória. Nesta dinâmica, silencia-se a função prática e o discurso manifesto das coisas e a transporta para “uma série-coleção, onde se torna termo de um discurso latente, repetitivo, o mais elementar e o mais tenaz dos discursos” (BAUDRILLARD, 2002, p. 101).

A interação do homem com o mundo material ao mesmo tempo que é complexa e enigmática, também é fascinante. Determinados objetos e coisas impressionam os homens ao ponto de querê-las para si, não por sua utilidade, ou por finalidade de sobrevivência, mas por apresentar características especiais e simbólicas. “As práticas de colecionar apresentam-se como uma expressão dessa interação entre pessoas e objetos” (OLIVEIRA, 2017, p. 170) e o estudo deste campo (homem/objeto) desafia constantemente estudiosos e pesquisadores a repensarem o entendimento sobre o papel de objetos e de colecionadores e o processo de comunicação que se estabelece em todo o sistema simbólico gerado pelas coleções (POMIAN, 1984).

2.4 OBJETOS, COLEÇÕES E COLECIONADORES

O ato de reunir objetos para si, é uma prática tão antiga quanto a própria história do homem. Para Suano (1984, p. 12),

estudiosos do colecionismo crêem que recolher aqui e ali objetos e “coisas” seja como recolher pedaços de um mundo que se quer compreender e do qual se quer fazer parte ou então dominar. Por isso é que a coleção retrata, ao mesmo tempo, a realidade e a história de uma parte do mundo, onde foi formada, e, também, a daquele homem ou sociedade que a coletou e transformou em coleção.

Diante disso, quais informações culturais, etnográficas, históricas, ambientais e ou científicas podem ser extraídas das coleções que se caracterizam como fonte de informações do comportamento social humano? A impressão sentida é que “tudo se passa como se não houvesse outra finalidade do que acumular os objectos para os expor ao olhar”, entretanto não é apenas contemplação (POMIAN, 1984, p. 52). Para Mendoza (2005) o ato de colecionar foi determinante para que se alargasse o conhecimento sobre tudo que havia sobre o mundo e foi determinante para a humanidade conhecer seu legado. O ato de colecionar, como atividade científica, emerge na Itália ao final do século XVI.

Neste período, Ulisses Aldrovandi, considerado capaz de lidar com criaturas estranhas ocupava a linha de frente da atividade colecionadora. Era ambicioso e almejava ser o novo especialista daqueles tempos, com intenção de concluir o trabalho iniciado por Aristóteles e Plínio, a enciclopédia da natureza. Sua coleção tinha 13 mil itens em 1577, 18 mil em 1595 e cerca de 20 mil na virada do século (BLOM, 2003). As coleções daquela época não eram uniformes em orientação e conteúdo, mas, compostas pelos mais inusitados tipos de objetos.

Diferente da Idade Média, com exceção de Samuel Quiccheberg (1529-1567) médico, bibliotecário e guardião de coleções flamencas, que publicou em 1565, na cidade de Munique, em latim, a obra enciclopédica *Inscriptiones vel Tituli Theatri Amplissim*, que é o mais antigo tratado que se tem notícia dedicado à formação, organização e exibição de coleções, é frequentemente mencionado na literatura europeia. Bem como, os escritos da enciclopédia *História Naturalis*, composta de 36 volumes do Romano Plínio Ancião, no ano de 77. As coleções do período renascentista se compuseram por curiosos, estudiosos e amadores e não mais por sacerdotes divinos e filósofos “e pela primeira vez aceitou-se a ideia de que o mercado de peixes era um lugar melhor para adquirir conhecimento do que uma biblioteca” (BLOM, 2003, p. 32). Enfim, era no mundo lá de fora das paredes das bibliotecas que a vida ocorria de verdade, as descobertas aconteciam e as pessoas, os caçadores, os pescadores que capturam as criaturas extraordinárias e maravilhosas poderiam saber e dizer mais sobre elas, seus nomes, hábitos e onde se escondiam, tais informações não se encontravam em antigos pergaminhos ou manuscritos latinos (PEARCE, 2003).

Com o advento do Iluminismo, do enciclopedismo seguido do surgimento das academias, “estudiosos conduziram a formas mais metódicas de abordar o mundo material e as formas mais especializadas de colecionar” (BLOM, 2003, p. 107). Dando início a uma organização funcional dos objetos, classificando-os racionalmente, esse ordenamento prevaleceu no colecionismo europeu dos anos setecentos, caracterizado pela especialização das coleções, organizadas a partir de critérios racionais. Isso provocou uma mudança no paradigma do colecionismo e as coleções passam a ter um cunho científico, portadora de valor nacional, cultural e histórico (BLOM, 2003; DUARTE, 2012; OLIVEIRA, 2017).

Nos séculos XVIII e XIX sopram novos ventos e as grandes coleções particulares tornam-se protagonistas do núcleo fundador de inúmeros museus públicos privados, organizadas com o intuito de mostrar o progresso da Humanidade. Por possuírem características culturais e científicas, as coleções passam a ser vistas como instrumentos pedagógicos geradores de conhecimento e saber e colocadas à disposição de todos, “como um direito, acesso à cultura e a arte numa instituição pública ou privada, o museu” (DUARTE, 2012, p. 85). Algumas instituições nomeiam sessões ou o próprio museu para prestigiar o colecionador.

Ao longo do século XX e XXI, o aceleramento da produção em massa associado ao advento da globalização provocaram a expansão da cultura de massas e deram novos rumos às práticas de colecionar, tornando-a num verdadeiro fenômeno mundial. Atualmente, é possível conseguir objetos e coisas do interesse da coleção por meio de sites especializados, leilões virtuais, lojas de antiguidades, mercados e feiras de pulgas e aquisições clandestinas em redes de troca. Neste contexto, a busca por novos objetos para enriquecer a coleção “assemelha-se a uma caça ao tesouro, uma aventura fascinante e irresistível” (OLIVEIRA, 2013, p.17).

O gosto de colecionar objetos acompanhou Guilherme Tiburtius da infância até a vida adulta, Tiburtius foi um colecionador e arqueólogo amador que ao longo de 40 anos amou, milhares de peças arqueológicas, etnográficas e históricas. Seu interesse por coisas etnográficas e por outros objetos e artefatos primitivos e populares, fez dele uma figura expressiva no meio científico e arqueológico, com atividades exercidas nos estados do Paraná e Santa Catarina. Sempre que tinha oportunidade, enriquecia sua coleção. A fama da coleção de Tiburtius atraía com frequência visitantes, pesquisadores e outros colecionadores que se interessavam pelas “quase 15.000 peças entre líticos, vasilhames cerâmicos, esqueletos humanos, artefatos em osso de fauna, adornos, zoósteos, pontas de projétil e artefatos conchíferos” (SILVA, 2017, p. 21). Entre os objetos colecionados por Tiburtius, os vasilhames cerâmicos eram expressivos e compunham uma vasta variedade de louças em barro angariadas nos arredores do município de Curitiba, no estado do Paraná. De fato, Guilherme Tiburtius era motivado por seu gosto a objetos que remetessem a costumes e culturas do passado.

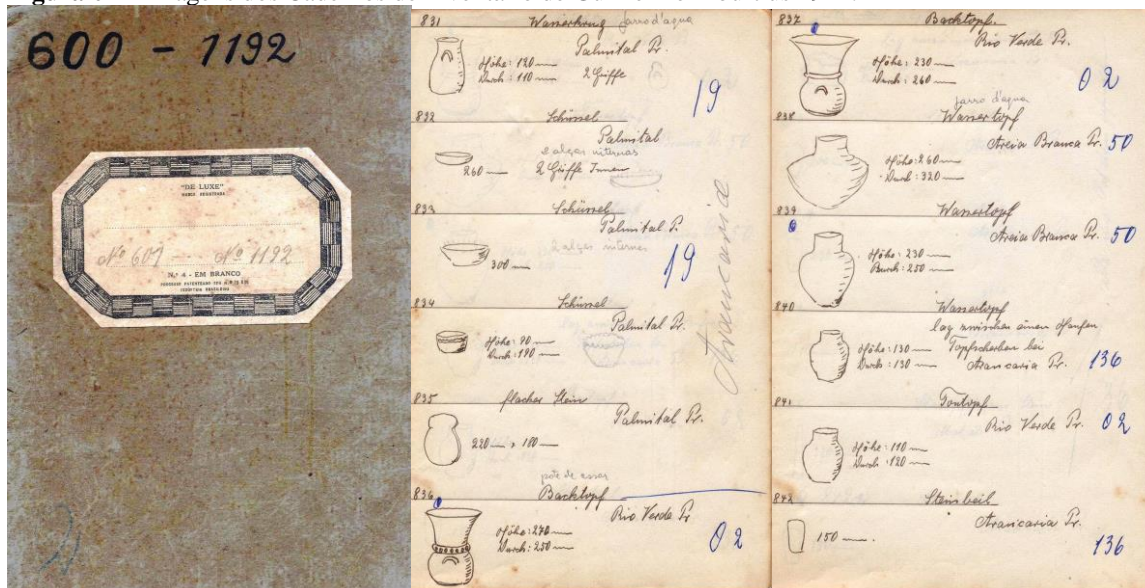
Mas, afinal, tudo que se guarda ou reúne é coleção? Para Pearce (1994, p. 50-51) “formar uma definição válida do que faz uma coleção e distingui-la de outras acumulações é complexo, até porque todas essas definições tendem a ser autossuficientes” ou vãs. Quando se recorre à literatura para buscar uma definição do que seja coleção, depara-se com uma gama de especialistas de diferentes áreas do saber, buscando elementos tangíveis na prática de coletar e guardar objetos considerados “fundamentais para a construção de uma definição inteligível e, paralelamente, rigorosa” (OLIVEIRA, 2017, p 173). Susan Pearce (1994), na busca por identificar os atributos que pudessem dar características de coleção aos objetos tirados de circulação, apega-se aos estudos de Durost (1932), uma das mais experientes estudantes da coleta de objetos, e salienta que,

Uma coleção é basicamente determinada pela natureza do valor atribuído aos objetos, ou ideias possuídas. Se o valor predominante de um objeto ou ideia para a pessoa que o possui é intrínseca, ou seja, se for valorizada principalmente pela sua utilização, finalidade ou qualidade esteticamente agradável, ou outro valor inerente ao objeto ou que lhe seja acrescido por quaisquer circunstâncias de costume, formação, ou hábito, não é uma coleção. Se o valor predominante for representativo, ou seja, se o referido objeto ou ideia for valorizado principalmente pela relação que tem com alguns outros

objetos ou ideias, tais como ser um de uma série, parte de um todo, um espécime de uma classe, então é objeto de uma coleção (PEARCE, 1994, p. 157).

Pearce permite identificar a distinção entre os objetos recolhidos e mantidos para utilização, a partir de uma ideia útil e ampla de uso, e os objetos recolhidos e organizados como parte de uma sequência, ordenados em série ou classe, o que denota a noção de coleção. Essa característica pode ser constatada nos Cadernos de Inventário da coleção de GT nos quais foram colocados o número, desenho e descrição de cada peça (figura 01).

Figura 01 – Imagens dos Cadernos de Inventário de Guilherme Tiburtius 1941.



Fonte: Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville MASJ. 2020.

O procedimento e a mentalidade adotados pelo colecionador na hora de coletar objetos de seu interesse, mostra serem pertinentes para atribuir valor ou significado às coisas recolhidas. Neste sentido, os escritos de Alsop (1982) e Aristides (1988) investigados por Pearce, permitiram entender que,

[..] recolher é reunir objetos pertencentes a uma categoria particular que o colecionador se dedica...e uma coleção é o que foi recolhido[...] é colocada na mentalidade do colecionador, pois essencialmente uma coleção é o que ele acredita ser, desde que haja pelo menos alguns objetos físicos reunidos. Isto exprime o elemento essencialmente subjetivo de uma recolha muito bem-feita [...] recolha...[é] uma obsessão organizada. Uma das distinções entre possuir e recolher é que a este último implica ordem, sistema, talvez conclusão. O interesse do colecionador puro não está vinculado pelo valor intrínseco dos objetos do seu desejo; custe o que custar, ele deve tê-los (PEARCE, 1994, p. 157).

Nessas colocações, percebe-se que o ato de colecionar se distancia da prática da acumulação, que não é sistemática durante a recolha ou a ordenação segmentada dos objetos e das coisas. A ação acumuladora está apenas atrelada a significados emocionais, utilitários, ou

de hobby. Neste sentido, Oliveira (2017, p. 171) ao estudar coleções e colecionadores aponta que a prática de guardar ou reunir objetos se difere de colecionar, pois,

[...] uma coleção é como uma entidade composta por um conjunto de objetos, removidos do circuito das atividades econômicas e sem valor utilitário. Esses objetos são selecionados, organizados e classificados, e dotados de significado, o que lhes confere um valor representativo, o poder de na sua individualidade falarem pelo todo e assumirem um único discurso. Esse fenômeno não ocorre quando apenas se reúne objetos.

Essa definição corrobora com Pomian (1984, p. 53) ao dizer que “qualquer conjunto de objectos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das actividades económicas, sujeitos a uma protecção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público” pode ser considerado coleção. O autor destaca que a coleção é “uma instituição universalmente difundida” e possui um caráter universal, uma vez que os objetos reunidos são dotados de sentido que desencadeiam processos de comunicação (POMIAN, 1984, p. 68). Nota-se que com o passar do tempo, aprimorou-se o método de observação, de coleta e de tratamento dos objetos colecionáveis. Ao guardar e proteger estas coisas de modo privilegiado, atribuiu-se consciência ao ato de colecionar, além de imbuí-los da “capacidade de sustentar os debates acerca do desenvolvimento relativo à cultura, ciência, poder, hegemonia, colonização, espoliação, tecnologia, biodiversidade, produção científica e artística, o fazer popular etc.” (BRUNO, 2009, p. 15).

A esse exemplo, a compra de 8,5 mil objetos da Coleção de Guilherme Tiburtius, no valor de 5.000 mil cruzeiros pela Prefeitura Municipal de Joinville no ano de 1963, por meio da Lei Municipal n. 620, na gestão do prefeito Hermuth Fállgatter culminou posteriormente na criação do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ) inaugurado no ano de 1972. Essa coleção, já era conhecida no meio científico arqueológico, devido as publicações que Tiburtius e o casal José e Iris Bigarrela fizeram naqueles anos ilustrados com fotos e desenhos sobre seus os objetos e artefatos reunidos por ele (Guilherme) durante seus trabalhos como pesquisador e colecionador

Após a compra, a Coleção ficou por anos sob a guarda do Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville (MNICJ) abrigada em uma ala própria no Palácio dos Príncipes, até que a sede do MASJ fosse construída. Assim, em 14 de outubro de 1972 o MASJ iniciava sua trajetória museológica como um locus de cultura, ciência e educação atraindo regularmente visitantes, estudantes e pesquisadores, a conhecer um manancial científico e cultural que preserva “referência específica à grupos Pré-Históricos litorâneos” (TAMANINI, 1994).

Os estudos do “fenômeno colecionismo” se associam ao “fenômeno museus” nesta trajetória, as coleções perpassam pelo status da curiosidade e firmam-se em fonte científica. (SUANO, 1986, p.12).

2.5 MUSEUS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE BENS CULTURAIS

Os séculos XVI e XVII foram marcados pelos *studiolos*⁵ e gabinetes de curiosidade, que exerceram uma influência poderosa sobre a prática contemporânea de salvaguarda de coleções, manuscritos, relíquias e outros tesouros até o final do século XX e início do século XXI. As *Kunstammer*⁶, as *Wunderkammer*⁷ e a *Kunstschränk*⁸ foram as primeiras formas de gabinetes destinados a abrigar as coleções de propriedade privada de objetos extraordinários, de espécimes naturais, pinturas, joias e obras literárias manuscritas de colecionadores do início do Período Moderno.

Estas estruturas construídas em madeira nobre e vitrines de vidro são frequentemente descritas como precursoras dos museus contemporâneos. Cada tipo de gabinete abrigava diferentes tipos de objetos e as coleções geralmente ficavam dentro de uma residência particular. Mas poderiam estar expostas em ambientes que circulavam maior número de pessoas como igrejas, jardins, bibliotecas, reuniões e cafeterias, bem como em ambientes construídos especificamente para este fim (BLOM, 2013; BOWRY, 2015).

No entanto, apesar de compartilhar certas semelhanças com o museu, os gabinetes funcionam de acordo com diferentes princípios de organização, exibição e interpretação, e foram concebidos e recebidos de uma forma totalmente diferente entre distintos contextos históricos, sociais e culturais (BOWRY, 2015, p. 8).

Aos poucos, esses Gabinetes de Curiosidade foram dando espaço para as instituições oficiais. Ao final do século XVIII, junto à conjuntura da Revolução Francesa (1789-1799), a Europa presencia o aumento exponencial de instituições museais, com destaque aos museus de história, com ênfase aos períodos históricos de maior entusiasmo patriótico. Neste contexto, surge a “acepção atual de museu” instituída por meios de processos legais e instrumentados por um “aparato jurídico e técnico”, pautados em procedimentos de preservação do patrimônio nacional, quando “reliquias aristocráticas e religiosas foram salvas do vandalismo político e depois exibidas ao público”. (TAMANINI, 1994, p. 64; POULOT, 2013; CHOAY, 2006, p.97). Contudo, os primeiros museus eram de ordem enciclopedista, classificatórios e evolucionistas sediados nos maiores centros coloniais. “Muitos museus europeus aumentaram enormemente suas coleções nesse século, por intermédio de saques e transferências de bens de suas colônias

⁵ Primeiros espaços privados para guarda de objetos colecionados.

⁶ Câmara para objetos artísticos

⁷ Repositório de objetos extraordinários

⁸ Câmara das maravilhas

em todas as partes do mundo”. (CÂNDIDO, 2013, p.34). Neste enredo o autor cita o *British Museum* de Londres (1753).

No entanto, ao final dos anos de 1700, outras tipologias de museus também entram em evidência, objetivando o seu serviço à sociedade, mas também interesses de ordem política. Fruto deste período tem-se, o Museu do *Louvre* (1793), Museu de *Artes e Ofícios* (1794), o Museu dos *Monuments Françaio* de (1795), Memorial de *Caen* construído entre (1986 e 1988) e o Museu de *História Natural*, fundado em (1869). Essas instituições tinham acervos culturais e científicos, com finalidade pedagógica de educar a sociedade francesa nos valores clássicos da Grécia e de Roma, fortalecer a identidade nacional e a sua herança contemporânea, bem como fortalecer o pensamento científico e suas relações práticas (SUANO, 1982, p.28). Neste período, também entram em cena os museus etnográficos. A partir daquela conjuntura social ao fim do século XIX é que se consolida a “acepção moderna de museu” com a inauguração de outras instituições museais que além do *Louvre*, são expoentes museus europeus ainda hoje, como o *Haus der Rheinischen Heimat* e o *Altes Museum* na *Alemanha* (1852); o Museu do *Hermitage*, em Leningrado (1852), o Museu do Prado, em Madri (1891). (SUANO, 1986; JULIÃO, 2006, p.19; POULOT, 2013).

Concebidos dentro do “espírito nacional”, esses museus nasciam imbuídos de uma ambição pedagógica — formar o cidadão, através do conhecimento do passado — participando de maneira decisiva do processo de construção das nacionalidades. Conferiam um sentido de antigüidade à nação, legitimando simbolicamente os Estados nacionais emergentes. Além das antigüidades nacionais, muitos desses museus reuniram acervos expressivos do domínio colonial das nações européias no século XIX. Expedições científicas percorriam os territórios colonizados, com o objetivo de estudar seus recursos naturais e sua gente, e de formar coleções referentes à botânica, zoologia, mineralogia, etnografia e arqueologia, que seriam enviadas para os principais museus europeus. No Brasil, as inúmeras viagens e pesquisas de naturalistas estrangeiros resultaram em minuciosos relatos de viagem, com descrições do meio físico, da fauna, da flora e dos nativos, e na remessa de importante acervo brasileiro para instituições museológicas e científicas da Europa. (JULIÃO, 2006, p.19).

No século XX, posteriormente, após a 2ª Guerra Mundial houve significativas mudanças na história do pensamento em diferentes áreas do conhecimento acompanhadas por uma “aceleração ímpar na produção de tecnologias de comunicação e informação. Observa-se a ocorrência de transformações paradigmáticas na sociedade que afetaram diretamente instituições, sobretudo as de caráter cultural e educacional”, impactando do mesmo modo os museus, enquanto instituições de expressão cultural (CNM –IBRAM – 2013, p. 16).Essas insurgências anos cinquenta, fruto da crise advinda com o impacto da industrialização e da busca pela especialização do conhecimento, que veio a questionar a lide tradicional dos museus e anunciar o papel social destas instituições na contemporaneidade, não limitando-se apenas a recolher, restaurar e expor seus acervos. (VARINE BOHAN, 1979).

É observado a partir da segunda metade do século XIX um movimento crescente na criação de novos museus no Brasil, seguindo a ideia de processo de modernização da nação. Em 1818, por iniciativa cultural de D. João VI está a criação do Museu Real, atual Museu Nacional, que teve como acervo inicial a própria coleção do Monarca de história natural. Essa instituição teve seu caráter científico somente no final do século XIX (JULIÃO, 2006, p.19).

Ainda no oitocentos, “foram criados os museus do Exército (1864), da Marinha (1868), o Paranaense (1876), do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (1894), destacando-se, nesse cenário, dois museus etnográficos: o Paraense Emílio Goeldi, constituído em 1866, por iniciativa de uma instituição privada, transferido para o Estado em 1871 e reinaugurado em 1891, e o Paulista, conhecido como Museu do Ipiranga, surgido em 1894. (JULIÃO, 2006, p.19).

Esse aumento institucional demandou a caracterização destas instituições e a definição do que vem a ser um museu. Segundo o Conselho Nacional de Museus – CNM, a partir da publicação do Estatuto de Museus em 2009 e de acordo com o art. 1º da Lei nº 11.904 de 14 de janeiro do mesmo ano, os, museus são,

[...] instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.[...] Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

Em 2007, o Conselho Internacional de Museus-ICOM, definiu os museus como uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite. No entanto, essa definição está em revisão em um processo que envolve todos os comitês (nacionais e internacionais) desta entidade em uma consulta pública para que até meados de 2022 se tenha uma nova definição do que seja museus.

Há museus em todo o território nacional, com predominância maior em número de instituições nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Toda região, ou lugar, possui uma memória a ser preservada e uma história a ser problematizada por intermédio de documentos, imagens, objetos e coisas. Os museus, enquanto instituições e espaços de conservação e de comunicação do patrimônio cultural da humanidade, foram compreendidos como um fenômeno europeu. Em função deste continente ter reproduzido a cultura dominante, da qual os museus são derivantes e do ponto de vista cultural continuaram a ser locais que se dedicam a salvaguardar e apresentar objetos de referência histórica, cultural e científica. Foi no contexto colonial, que as instituições museais cresceram e multiplicaram-se por todos os cantos do mundo com maior intensidade

entre os séculos XIX e XX especialmente no Brasil com Museu Nacional, os Museus Paraense Emílio Goeldi e Paulista alinhavam-se ao modelo de museu etnográfico, que se difundiu em todo o mundo, ganhando novas especializações e formas de apresentar seus acervos centrados “no despertar ou enraizar a consciência nacional” (VARINE-BOHAN, 1979; SUANO, 1986, p. 42; JULIÃO 2006).

Este fenômeno institucional, que se estendeu dos anos de 1880 até a década de 1920, ficou conhecido como a era dos museus, devido ao grande número de instituições museológicas criadas em todos os continentes. Isto favoreceu a formação de acervos ordenados e a atuação de instituições culturais com objetivos educativos, científicos e públicos, neste período os museus e seus acervos “desempenharam um papel educativo perverso ao demonstrar os estágios evolutivos e modelos de desenvolvimento cultural implicitamente mencionando a superioridade da cultura ocidental”. Visto que as expressões culturais não ocidentais foram marginalizadas. (WOODWARD, 2007, p. 18; LEWIS, 2004).

É nesse período que aumenta o número de coleções de coisas com o objetivo de transmitir informação através de uma disposição sistemática dos objetos à espera de plateia. Neste contexto, as coleções se tornaram um elo que aciona ligações entre um espectador que as olha e um leque de possibilidades e de camadas temporais ilustradas na história dos objetos e das evoluções sociais. No entanto, no início do século XX, o antropólogo Franz Boas organizou acervos e objetos museais direcionados ao olhar dos espectadores de um modo que performou o papel educativo do museu e suas coleções. Organizou os objetos baseando-se em arranjo de grupo de vida de modo a “construir um modelo em escala realista que representasse cenicamente alguns aspectos da vida social das pessoas” de modo que as comunidades se reconhecessem no patrimônio preservado pelos museus e, não apenas apreciasse à uma exposição. Havia nesta proposta de Boas, “grande preocupação nessas primeiras manifestações de estudos de cultura material com a ordenação e a organização de coleções de artefatos de “outros”, ou seja, de outras culturas, de objetos e coisas que representassem o outro e suas expressões culturais (WOODWARD, 2007, p. 19).

Contudo, o acolhimento de uma coleção num museu pressupõe o início de uma nova fase na vida dos objetos, na qual eles passam a adquirir outras funções, significados, interações e leituras (OLIVEIRA, 2013). E neste sentido Pomian (1984) nos chama a atenção para que as coleções desempenhem o papel de mediadoras entre os espectadores e os mundos possíveis que os representam. Desse modo, o próprio objeto estando exposto ao olhar interage com quem o observa cumprindo assim uma de suas funções que é de ser um sócio transmissor, como aponta Candau (2010).

Os objetos vinculados a coleções perdem seu caráter utilitário e passam a ostentar um valor simbólico, cultural ou histórico. Neste estágio os objetos de uma coleção sofrem o esvaziamento de sua função utilitária e ficam fora do circuito das atividades econômicas, seu status é de valor de troca e não mais de uso e o tratamento que lhe é concedido é de preciosidade, ultrapassando seu valor de uso estando apto a assumir novos discursos, narrativas e significados (POMIAN, 1984; BAUDRILLARD, 2001). Diante da construção do valor ou sentido das peças que compõem uma coleção, têm-se os objetos úteis (coisas) dotadas de funções que foram usadas para transformar a natureza e o meio a favor do homem e da organização social. Do mesmo modo, há os semióforos, objetos desprovidos de utilidade, mas com valor simbólico e sensível. Estes objetos não são tratados como coisas, por vezes representam o invisível, o imaterial, a celebração. Para Pomian o semióforo se desvela ao olhar do espectador que é quem lhe atribui significado, ou valor, a partir de suas vivências, identidades ou memórias (POMIAN, 1984).

Ademais, as coleções são detentoras de valor patrimonial por serem portadoras de referencial cultural de diferentes grupos humanos e emissárias de categorias sociais na preservação de saberes e fazeres do passado que se quer transmitir como um patrimônio para as gerações futuras.

[...] o patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade (UNESCO, 2020).

O conhecimento que se tem do que é patrimônio cultural, emana da construção social, uma “invenção” atrelada a interesses que ecoam na ativação de discursos patrimoniais estando estes sujeitos a mudanças na medida em que ocorrem transformações históricas e culturais (PRATS, 2006; HERNÁNDEZ e TRESSERRAS, 2007). Esses autores, assim como Choay (2006), acreditam que o entendimento do que é o patrimônio pode ser facilitado pelos objetos e monumentos, materiais ou imateriais, que se constituem dos feitos sociais da humanidade e por suas características culturais resistem à passagem do tempo ainda em uso, ou em instituições de preservação como nos museus, ou espaços memoriais, contrapondo presente e passado, “demonstrando a continuidade ou a troca histórica e social”. Aqui é acionado sentido aos espectadores, “capaz de ressignificar o passado no presente apontando ao futuro, relacionando, assim, distintas gerações” por se constituírem como documento ou materialização da história (GUTIERRE, 2015, p. 51). Hartog (2003) afirma que o patrimônio celebra o passado, mas não é o passado, mas a presença dele ganha aderência na maneira pela qual as coisas do passado são apresentadas. Neste sentido, as instituições museais têm papel ativo na organização da

presença desse passado articulado como bens culturais e patrimoniais. Para Poulot, a compreensão do patrimônio cultural está associada à,

assimilação do passado, que é sempre transformação, metamorfose dos vestígios e dos restos, recreação anacrônica; e a relação de fundamental estranheza estabelecida, simultaneamente, por qualquer presença de testemunhos do tempo remoto na atualidade. [...] Assim, o patrimônio cultural na atualidade é um espelho para os indivíduos, contribuindo para revelar a identidade de cada um, sendo o lugar da identidade cultural (POULOT, 2009, p. 14).

No entanto, com o advento da revolução industrial, Prats (2005, p. 18-19) aponta para um processo distinto de construção social para o patrimônio cultural que atende a duas questões que se complementam a saber, a “sacralização da externalidade cultural” e a “atribuição de valor ou ativação”. A sacralização da externalidade cultural, segundo o autor, é um mecanismo universal, reconhecido facilmente, em que a sociedade define um ideal cultural de mundo para si como num sistema de representação, que tem como base o crescimento do capitalismo, a separação homem-natureza e a valorização do individualismo e o passado. Já o processo de ativação do patrimônio, descrito por Prats, é emanado dos interesses e negociações entre poderes políticos e posteriormente submetido à aprovação social. Desse modo, a atribuição de valor se produz através de uma prévia hierarquizante de determinados elementos patrimoniais, frequentemente resultado de processos identitários, pouco espontâneos (PRATS, 2005). Assim, a atribuição de valor relaciona-se absolutamente a um discurso, pouco explícito, mas sempre presente, “nenhuma invenção adquire autoridade se não for legitimada como construção social e que nenhuma construção social se produz instantaneamente sem um discurso prévio inventado”. Neste ínterim, Prats (2005) chama atenção para os patrimônios e bens culturais locais, materiais ou imateriais que são instituídos e eleitos sem o envolvimento da comunidade nos processos decisórios, que acabam alheios a elas. Esses patrimônios ficam estéreis e sem ressonância e não são ativados como referência cultural, econômica ou identitária por parte das pessoas (PRATS, 1998, p. 64).

O fenômeno de atribuição de valor também ocorre com objetos e coisas pelo processo de institucionalização de bens culturais, como é o caso das coleções de museu. O museu proporciona “uma segunda vida como patrimônio aos objetos” proporcionando novas trocas, outros usos, significados e narrativas, essas dinâmicas patrimoniais surgem a partir “de ruptura histórica que se fazem acompanhar, com frequência, de uma política de conservação daquilo que desaparece” (DEBARY, 2010, p. 29).

[...] uma vez selecionado, interpretado, registrado, organizado e armazenado, o objeto museológico torna-se patrimônio cultural. Essas ações são as que dão intencionalmente valor documental, patrimonial e informacional a ele, tornando-o um documento. (PADILHA, 2014, p. 20).

Neste sentido, a coleção de louças de barro da Coleção de Guilherme Tiburtius, coletadas em municípios do entorno de Curitiba-PR, que atualmente está sob a guarda do MASJ em Joinville, (figura 02) é um valioso patrimônio que documenta expressões culturais de populações singulares materializadas em objetos. O pote, o vaso e o cuscuzeiro (figura 03) reverberam processos sociais e o cotidiano doméstico daquelas comunidades que as produziram. Esses artefatos, por meio da museografia, são capazes de restituir histórias negligenciadas e tradições esquecidas. Tais objetos musealizados podem auxiliar no vislumbre de identidades culturais e dar vida a personagens silenciados ou esquecidos em outras fontes documentais.

Figura 02 - Imagem da exposição Coisa a Olhar do Museu de Arqueologia e Sambaqui de Joinville-SC MASJ (2020).



Fonte: https://www.tripadvisor.Museu_Arqueologico_de_Sambaqui_Joinville_State_of_Santa_Catarina.html

Figura 03 – Um pote à esquerda, um vaso no centro e um cuscuzeiro à direita, feitos de barro, exemplares da coleção de Guilherme Tiburtius, coletados no entorno de Curitiba-PR entre 1941 e 1942.



Fonte: Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville MASJ. 2020

Para Oliveira (2013) este processo museográfico se concretiza através do estudo das coleções, da sua biografia, e da narrativa que se quer, que são sucessivos e distintos processos

de análise social e culturais que resultarão num manancial de informações que o museu organiza, interpreta e apresenta ao público.

O espaço museal é o denominador comum da conservação de diferentes épocas pela preservação de produtos representativos de distintos períodos da história evolutiva do homem e comunicador da sua cultura durante os séculos. As coleções e outros objetos conservados nos museus são um elemento de fundamental relevância no desenvolvimento cultural do mundo moderno (VARINE-BOHAN, 1979), juntamente com outros espaços de memórias, bibliotecas e arquivos históricos, os museus desempenham um papel importante no testemunho da história das atividades do homem desde sua origem até o presente. Em sua gênese, o Museu é um arquivo de memórias históricas documentadas em coisas “que necessitam ser preservadas, estudadas, interrogadas, debatidas e interpretadas para que possam, efetivamente, beneficiar a sociedade e o seu desenvolvimento”, a fim de referenciar, histórias e identidades múltiplas em lugar de memórias únicas. (ALMEIDA, 2013, p. 26).

Posto tudo isso, “os debates em torno da questão do patrimônio cultural no Brasil e no mundo refletiram diretamente nas instituições museológicas”, num movimento de renovação das práticas destas intuições na busca de uma museologia que alcance de fato os propósitos museais de serem “centros de informação, lazer e de educação do público [...] imprimindo lhe uma função crítica e transformadora na sociedade” (JULIÃO, 2006, p.24-25), já que, “de certo modo, o museu conhecido e herdado da Modernidade europeia já não é o mesmo e nem representa os mesmos sujeitos”. Visto que, nos últimos dois decênios tem-se buscado rearticular “os regimes patrimoniais de acordo com as demandas sociais de grupos subalternizados e a experiência museal, vem deixando de ser definida exclusivamente pelos termos de especialistas ou pelos enunciados hegemônicos dos Estados nacionais” (SOARES, 2020, p.9).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste escrito, buscou-se descrever as diferentes relações estabelecidas entre a materialidade e a humanidade que vêm sendo nutridas desde os primórdios da civilização onde o homem toma consciência de si mesmo e da sua condição de transformar o meio e organizar-se socialmente através da cultura material que produz. Desse modo, percebe-se a complexidade que envolve o sentido, o significado e o valor atribuído aos objetos e toda a materialidade criada nos processos sociais que auspiciaram a construção da identidade e da memória dos diferentes grupos humanos que compõem a nossa sociedade. Como aponta Miller (2013) os objetos não são importantes porque são abundantes ou onipresentes, mas porque são envolvidos na representação e simbolização social, e são reconhecidos como contendo significados importantes para a ação social. Ademais, os objetos representam ou simbolizam aspecto de

cultura, e têm ressonância cultural porque são reconhecidos por membros de uma sociedade ou grupo social. Então, os objetos representam e são reconhecidos socializando no meio social que vivemos.

Desse modo, percebe-se que é complexa, estreita e essencial nossa interação com a cultura material na sustentação da vida cotidiana e, na medida em que a sociedade tem se modernizado, a interdependência entre sujeito e objeto é crescente. Essa condição está encenada na exposição das coleções musealizadas de coisas e objetos do passado que nos oportunizam a aproximação sistemática com o presente de tal maneira que, a partir delas (coleções), atribuímos sentidos de pertencimento e de identidade com base nos atributos culturais e de continuidade representados pelos objetos que incorporam informações únicas sobre a natureza do homem no meio social e que testemunham a história dos povos patrimonializada como herança, que resiste ao tempo imbuída de novos usos e apropriações compreendidos no caráter social da cultura material.

No tempo presente, nos envolvemos constantemente com objetos do passado de forma direta ou indireta, vivemos em um mundo onde os objetos têm mobilidade global, seja por meios tecnológicos e virtuais, ou por ressignificações e novas apropriações. Isso significa compreender as diferentes vidas sociais que os objetos podem ter. Como afirma Marx (1975, p. 329), “o homem se reproduz não apenas intelectualmente, em sua consciência, mas ativamente e realmente, e ele pode, portanto, moldar-se a si mesmo em um mundo que ele mesmo criou”.

No tocante às louças de barro de Guilherme Tiburtius, pertencentes ao Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, entende-se que a coleção necessita ser problematizada de modo a gerar reflexões sobre as comunidades que as produziram, por meio da constituição da sua biografia, discutida num contexto histórico e social, desvelando o silêncio que as envolve. Entretanto, como adverte Velthen (2012), faz-se necessário atentar-se para as ressignificações e a vida social a que um objeto está sujeito na jornada percorrida por ele, entre a sua coleta e a transposição a instituições públicas ou particulares.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Berlano. B. F. de. Os desdobramentos do debate sobre os conceitos de Natureza e Cultura em Tim Ingold. REIA- **Revista de Estudos e Investigações Antropológicas**, ano 3, volume Especial I, p.23-33, 2016.

AZEVEDO NETTO, C.X. SOUZA, A. J. de. A importância da cultura material e da Arqueologia na construção da História. **Revista História Unisinos**. V. 14 n. 1 Jan/abril. 2010, p. 62-76. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/4707>
Acesso em: 02 dezembro 2020.

COSTA, Diogo Menezes; VIANA, Sibeli. Materializando a história: o passado humano através da cultura material. **Revista Mosaico - Revista de História**, Goiânia, v. 12, p. 3-13, jun. 2019. ISSN 1983-7801. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/7316>. Acesso em: 17 março 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.18224/mos.v.12i0.7316>.

BAUDRILLARD, Jean. **Senhas**. Rio de Janeiro: Difel, 2001.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. 4ª. Edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BLOM, Philipp. **Ter e manter: uma história íntima de colecionadores e coleções**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BOWRY, Stephanie Jane. **Re-Thinking the Curiosity Cabinet: A study of visual representation in Early and Post Modernity**. 2015, 305f. Tese (doutorado). School of Museum Studies, University of Leicester, UK, 2015.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A longa duração. **Revista de História**, v. 30, n. 16, p. 261-294, 1965.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV - XVIII**. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

BROCHADO, José B. **Alimentação na Floresta Tropical**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: UFRGS, Caderno n. 2, 1977.

BRUNO, Maria Cristina. Estudos de Cultura material e coleções museológicas: avanços, retrocessos e desafios. In: **Cultura Material e Patrimônio de Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências afins – MAST, 2009, p.14-25.

BRUNO, Maria Cristina. Museologia e Museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, n. 25, p. 6-20, 2006.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CANDAU, Joel. Bases Antropológicas e expressões mundanas na busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.1, n.1., 2010.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de museus: diagnóstico museológico e planejamento**. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

CERQUEIRA, F.V. O testemunho da iconografia dos vasos áticos dos séculos VI e V a.C.: Fundamentação teórica para sua interpretação como fonte para o conhecimento da cultura e sociedade da Grécia Antiga. **História em Revista**, UFPEL, Pelotas, p. 117-138, 2005.

CHAGAS, Mário. Cultura, Patrimônio e Memória. **Revista Museu**. 2005, p.11-25. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=5986>. Acesso em: 18 de setembro de 2020.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

COSTA Menezes Diogo; VIANA Sibebe. Materializando a história: o passado humano através da cultura material. **Mosaico**. Revista de História. v.12, p. 03-13, 2019. Disponível em:

<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/7316/pdf>. Acesso em outubro de 2020.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

DEBARY, Octave. Segunda mão e segunda vida: objetos, lembranças e fotografias. **Revista Memória em Rede**. Pelotas – RS. v. 2, n.3, p. 27-46, 2010.

DUARTE, Adelaide Manuela. **Da coleção ao museu. O colecionismo privado de arte moderna e contemporânea em Portugal, na segunda metade do século XX. Contributos para a história da museologia**. 2012, 740 f. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio Cultural) - Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Coimbra, 2012.

FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira de. Cultura Material e Patrimônio Científico: Discussões Atuais. In: **Cultura Material e Patrimônio de Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências afins – MAST, 2009. p. 1-13.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio**. Rio de Janeiro, Editora Garamond Ltda., 2007.

GUTIERRE, Marina Duarte. **Memória e identidade através dos objetos: o caso da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas – 113 f.: il. – Dissertação (Mestrado Memória Social e Patrimônio Cultural)**. Universidade Federal de Pelotas. Instituto de Ciências Humanas, Pelotas, 2016.

HARTOG, François. **Régimes d'historicité**. Présentisme et expériences du temps. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

HERNÁNDEZ, Josep Ballart; TRESSERAS, Jordi Juan. **Gestión del patrimonio cultural**. Barcelona: Editorial Ariel, 3ª ed., 2001.

HODDER, Ian. Entangled. **An archaeology of the relationship between humans and things**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2012.

HODDER, Ian. The contextual analysis of symbolic meanings.1987. In: PEARCE, Susan M. (Org.). **Interpreting objects and collections**. London: Routledge,1994. p. 12-13.

INGOLD, Tim. Materials against materiality. **Archaeological Dialogues**, v. 14, n. 1, p. 1-16, 2007.

INGOLD, Tim Trazendo as Coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de material. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan. /jun. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM) **Museus em Números/Instituto Brasileiro de Museus Brasília: Instituto Brasileiro de Museus**, 2011. 240 p.; 29,7 cm; vol. 1. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/museus_em_numeros_volume1.pdf. Acesso em outubro de 2020.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. **Caderno de diretrizes museológicas**. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura/ IPHAN/ Demu; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006. p. 19-32.

LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. **Cerâmica Guarani**. Porto Alegre/RS: Posenato Arte e Cultura, 2ª ed. 1989.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um Conceito Antropológico**. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1986.

LATOURE, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**. São Paulo: Editora 34, 2009.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social** – uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador/Bauru: EDUFBA-EDUSC, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Editora, 2005.

LE GOFF, Jacques. **Documento e Monumento**. Disponível em: <http://ahr.upf.br/download/TextoJacquesLeGoff2.pdf>. Acesso em março de 2020.

LIMA, Tânia Andrade. Cultura Material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan./abr. 2011. Acesso em agosto de 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v6n1/a02v6n1.pdf>

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, 115, 103-117, 1983.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Identidade cultural e patrimônio arqueológico brasileiro. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 33-37, 1984.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. **Estudos Históricos**. nº. 21. 1998. p. 89-103.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Torino: Einaudi, 1968.

MENDOZA, Celina A. Lértora. ¿Por que hacemos colecciones? **Episteme**, Porto Alegre, n. 20, suplemento especial, p. 217-228, jan. jul., 2005.

MENESES, Ulpiano Bezerra. Identidade Cultura e Arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.20, p. 33-36, 1984.

MILLER, Daniel. **Material culture and mass consumption**. Oxford, Basil Blackwell, 1987.

MILLER, Daniel. Things ain't what they used to be. In: PEARCE, Susan M. (Org.). **Interpreting objects and collections**. London: Routledge, 1994. p.13-17.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MOLES, Abraham. Objeto e Comunicação. In: MOLES et al. **Semiologia dos Objetos**. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 9-41.

NORA, Pierre. Entre memória e história – a problemática dos lugares. **Revista: Projeto História**, São Paulo, n.10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Célia. **Biografias e coleções: um caso de estudo**. A Coleção de Postais Ilustrados do Coronel José Marcelino Barreira. 2013. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2013.

OLIVEIRA, Célia. **Coleções e colecionadores: as práticas de colecionar, motivações e simbologias**. **Museologia & Interdisciplinaridade**, V. 6, n. 12, Jul./ Dez. 2017.

OLSEN, B. Material culture after text: re-memembering things. **Norwegian Archaeological Review**, v. 36, n. 2, p. 87-104, 2003.

OSTROWER, F. **Criatividade e processos de criação**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação museológica e gestão de acervo**. Florianópolis: FCC, 2014.

PEARCE, Susan M. (Org.). **Interpreting objects and collections**. London: Routledge, 1994.

PEARCE, Susan. Museu: Instituição de Pesquisa. **MAST Colloquia**, Rio de Janeiro, v.7, p. 12-21, 2005.

POMIAN, Krzysztof. – Coleção.I, in: **Enciclopédia Einaudi – Memória-História**. Lisboa: Imprensa Oficial/Casa da Moeda, 1984. [http://flanelografo.com.br/impermanencia/biblioteca/Pomian%20\(1984b\).pdf](http://flanelografo.com.br/impermanencia/biblioteca/Pomian%20(1984b).pdf) Acesso em março de 2020.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI: do monumento aos valores**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

PRATS. Llorenç. El Concepto de Patrimonio Cultural. **Política y Sociedad**, n. 27, p. 63-76. 1998.

PRATS. Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de Antropología Social** n. 21, p. 17-35, 2005.

PRATS. Llorenç. La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitárias. **Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico**, n. 58, p. 72-80, 2006.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. n.4 p. 265-282. 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/anaismp/v4n1/a18v4n1.pdf>. Acesso em agosto de 2020.

SANTOS, Aline G. dos. SILVA, Jacionira Coelho. História escrita na cerâmica arqueológica. **VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar** Universidade Federal do Piauí – UFPI Teresina-PI. 2012,p. 1-10.

SILVA, Priscila Gonçalves Ferreira da. **A compra da coleção Guilherme Tiburtius por Joinville: uma coleção arqueológica na cidade “germânica”**. 2017, 78 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) Universidade da Região de Joinville UNIVILLE, Joinville, 2017.

SCHIFFER, M.B. **The material life of human beings. Artifacts, behavior and communication**. Routledge, London/ NY, 1999.

SOARES. Antonio Carlos. Conceitos outros: as coisas e a Virada Ontológica. Dossiê Arqueologia e Ontologia. **Oficina do historiador**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 1-12, jan.-jun.

2020, p.1-12. Disponível em: file:///C:/Users/Rosane/Downloads/36312-Texto%20do%20artigo-160071-2-10-20200613%20(2).pdf. Acesso em setembro de 2020.

SOARES, Bruno Brulon. **Descolonizando a Museologia**. vol 1 .Museus, Ação Comunitária e Descolonização (Bruno Brulon Soares org.) Published in Paris, ICOM/ICOFOM, 2020.

SUANO, Marilene. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SCHEUER, Herta L. **A tradição cerâmica popular**. São Paulo: Escola de Folclore, Ed. Livramento, 1976.

TAMANINI, Elizabete. **Museu Arqueológico de Sambaqui: um olhar necessário**. 1994. 169f. Dissertação (Mestrado Faculdade de Educação, Campinas) Universidade Estadual de Campinas,SP. Disponível em: www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253850. Acesso em: 20 jul. 2021.

TILLEY, Christopher. Interpreting material culture.1990 In: PEARCE, Susan M. (Org.). **Interpreting objects and collections**. London: Routledge,1994. p. 67-75.

TILLEY, Christopher. Objectification. In: Tilley, Chris; KEANE, Webb; Küchler, Susanne; Rowlands, Mike; Spyer, Patricia (Eds.). **Handbook of Material Culture**. London: Sage, 2008. p. 60-73.

UNESCO.Disponível<<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/heritage-legacy-frompast-to-the-future/>> acesso em outubro de 2020.

VARINE-BOHAN, Hugues de. Passado e presente dos museus. In: ROJAS, R.;

WOODWARD, Ian. **Understanding material culture**. London: Sage Publications, 2007.